

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017/2018

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** CE001055/2017  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 28/07/2017  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR047319/2017  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46205.009386/2017-76  
**DATA DO PROTOCOLO:** 26/07/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

STARTALL SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ n. 23.845.213/0002-09, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). LUIS FELIPE TOSTA COCUZZA e por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO CLETO GOMES;

E

SINDICATO DOS TRABS INDS MET S M M E E I EMP M DO EST CE, CNPJ n. 07.341.571/0001-39, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). ANTONIO FERNANDO CHAVES DE LIMA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em indústrias metalúrgicas, siderúrgicas, mecânicas, de material elétrico e eletrônico**, com abrangência territorial em **São Gonçalo Do Amarante/CE**.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica assegurado que o Piso Salarial da categoria será de R\$ 1001,00 (hum mil e um reais) mensais, a partir de 01/05/2017, para empregados em jornada integral.

§ 1º - Sobre o piso salarial da presente cláusula não incidirá a qualquer tempo o reajuste salarial da Cláusula de Reajuste Salarial do presente Acordo Coletivo, pois o referido piso, ao ser estabelecido e pactuado, já teve nele inserido e considerado o devido reajuste salarial.

§ 2º - Não terão direito ao piso salarial da presente cláusula, os admitidos como Jovem Aprendiz e Estagiário, por serem regidos por lei específica.

§ 3º - Ocorrendo admissão de empregados, após a data base, com valor do piso constante no acordo anterior, ficará garantido a aplicação do novo piso salarial, retroativo a data-base pactuada.

§ 4º - O piso estabelecido por esta cláusula opera como repositivo de perdas salariais do período de 01.05.2016 a 30.04.2017, qualquer que seja a origem da perda, ou da provocação da perda, quitando, em consequência, toda e qualquer perda salarial, relacionada ao piso salarial da categoria.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTES E CORREÇÕES SALARIAS

O salário nominal dos empregados que têm salário base acima do Piso Salarial da Categoria, será reajustado sobre o salário vigente em 30 de abril de 2017, **4,0%** (quatro por cento) a partir de 01/05/2017, para os empregados ativos na **STARTALL** que constituíam o efetivo em 30 de abril de 2017.

**Parágrafo Primeiro:** As diferenças salariais decorrentes da aplicação desta cláusula retroativamente a 1º de maio de 2017, serão pagas em até 5 dias úteis após assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

**Parágrafo Segundo:** Excetuam-se na aplicação desta cláusula os empregados ocupantes do cargo de Especialista, e por sua característica de gestores, os ocupantes dos cargos de Coordenação, Gerência, Superintendência e Diretoria.

**Parágrafo Terceiro:** Excetuam O reajuste salarial não se aplica a Jovens Aprendiz e Estagiário.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTOS DOS SALÁRIOS

Quando do pagamento dos salários as empresas deverão observar o seguinte:

- a) Pagamento de antecipação quinzenal do salário, salvo situação mais vantajosa, no valor de 40% (quarenta por cento) do salário do empregado, o qual deverá ser efetuado até o dia 20 de cada mês.
- b) No caso em que o dia do pagamento da antecipação recaia em dia não útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.
- c) O pagamento do crédito final do salário e demais verbas salariais será realizado até no 5º dia útil do mês subsequente.
- d) No caso do pagamento do salário e/ou demais verbas salariais conterem erros em favor do empregado, a diferença, será compensada no(s) próximo(s) pagamento(s), ficando desde já autorizada a compensação do valor pago a maior no(s) salário(s) do(s) mês(es) seguinte(s) ou no caso de rescisão do contrato de trabalho, nas verbas rescisórias, respeitados os limites legais. Alternativamente, ao critério da empresa, a forma de desconto poderá ser negociada com o empregado.
- e) O pagamento do adiantamento deverá ser por meio de crédito em conta bancária, no nome do empregado.
- f) O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente ou salário, de titularidade do empregado, aberta ou existente em banco indicado pela empresa.
- g) É facultado à empresa não proceder o adiantamento previsto na alínea "a" dos empregados no mês de admissão.

## DESCONTOS SALARIAIS

### CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS SALARIAIS

O Sindicato reconhece a legalidade dos descontos efetuados em folha de pagamento, além dos previstos no art. 462 da CLT, desde que devida e expressamente solicitado e/ou autorizado pelo empregado.

## OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

### CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Por ocasião do pagamento dos salários, a cada empregado será disponibilizado, por meio eletrônico (portal da empresa) ou por meio físico (impresso), o comprovante do respectivo pagamento salarial, no qual constem, discriminadamente, todos os valores pagos e os descontos realizados.

## **CLÁUSULA OITAVA - SUBSTITUIÇÃO DO EMPREGADO**

Fica estabelecida a permissão para empresa substituir empregado, interinamente, de forma eventual ou temporária, em cargo diverso do que exercer na empresa, sendo garantidas a contagem do tempo naquele serviço, bem como volta ao cargo anterior. Para os casos de substituição, deverá ser observado o período mínimo de 60 (sessenta) dias consecutivos de carência, para que o empregado substituído perceba a diferença salarial quanto ao salário do substituído.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

### **CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS**

Na vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, a empresa envidará esforços para diminuir ao mínimo possível a realização de horas extras por parte dos empregados.

Caso, entretanto, os empregados realizem horas extraordinárias, as mesmas deverão ser remuneradas na forma abaixo:

- a) De segunda à sexta, limitadas a 2 (duas) horas extras diárias, com adicional de 50% sobre o valor da hora normal.
- b) Aos sábados, com adicional de 100% sobre o valor da hora normal, a partir do mês de aprovação deste Acordo Coletivo de Trabalho.
- c) Nos feriados e descanso semanal remunerado (DSR), com adicional de 100% sobre o valor da hora normal, sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

§ 1º - Em caso de necessidade de serviço, fica autorizado o trabalho extraordinário diário superior a 2 (duas) horas, sendo as mesmas remuneradas com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal.

§ 2º - As horas trabalhadas aos sábados e compensadas na semana, serão consideradas horas normais de trabalho.

## **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE**

Os adicionais de periculosidade e de insalubridade somente serão devidos quando houver exposição aos riscos, em conformidade com a lei e regras constantes das Normas Regulamentares do MTE e constatados tecnicamente laudo elaborado por profissional capacitado.

## **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

As partes acordam, mutuamente, que na vigência da presente norma coletiva, os empregados abrangidos por esta e que tenham um absenteísmo, por faltas injustificadas, conforme tabela abaixo, no período semestral de apuração, sendo o primeiro período o referente aos meses de março a agosto de 2017 e o segundo período, dos meses de setembro de 2017 a fevereiro de 2018, participarão dos resultados da empresa, recebendo da seguinte forma: 02

(duas) parcelas, sendo cada uma no valor de: R\$500,00 (quinhentos reais), a ser paga até 05 de Setembro de 2017, a primeira; e a segunda, paga até 05 de março de 2018. Os empregados que tiverem faltas injustificadas, receberão um percentual, conforme tabela abaixo descrito de acordo com apuração semestral.

Falta	Percentual
Até 5 faltas	100%
6 a 10 faltas	80%
Acima de 10 faltas	0%

§ 1º - Os empregados que sejam admitidos ou demitidos durante a vigência deste acordo terão sua participação aferida, calculada e paga de forma proporcional, ou seja, 1/6 (um sexto) do valor total da parcela por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias trabalhados, sendo o pagamento do valor correspondente efetuado por ocasião da rescisão.

§ 2º - As partes convenientes também acordam que qualquer sistema de participação nos lucros ou resultados, que as empresas tenham, ou venham a estabelecer, e que ofereçam melhores possibilidades aos seus empregados, que as aqui fixadas, atenderá as exigências contidas nesta cláusula, substituindo a mesma.

§ 3º - A participação ora acordada, consoante a lei nº. 10101/2000, ou legislação federal superveniente em vigor e, particularmente, a norma do inciso XI, do Art. 7º da Constituição da República, não tem natureza salarial, pois é desvinculada da remuneração.

§ 4º - O conteúdo da presente cláusula atende ao estabelecido na legislação vigente.

§ 5º - Os empregados que estejam com seus contratos de trabalho suspensos ficam excluídos do recebimento desta PR.

§ 6º - Os empregados demitidos por justa causa ou que pedirem demissão ficam excluídos do recebimento desta PR.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CARTÃO ALIMENTAÇÃO

Aos empregados com assiduidade integral no período de frequência, ou seja, que não tiverem nenhuma falta injustificada e que estiverem com o contrato ativo no último dia do mês anterior, a **STARTALL** fornecerá, até o 5º dia útil do mês subsequente, um Cartão Alimentação, cuja carga do valor mensal per capita a partir do mês de maio de 2017 será o valor de **R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais)**.

**Parágrafo Primeiro:** Fica ressalvado que a concessão deste benefício não se configura salário "in natura", não se incorporando, portanto, em nenhuma hipótese, ao salário do empregado.

**Parágrafo Segundo:** Entende-se por falta injustificada, aquela sem justificativa legal, conforme legislação vigente. No caso de falta injustificada o empregado perde o benefício integral no mês, considerando para apuração das faltas o período de 15 a 16 do mês subsequente a falta realizada.

**Parágrafo Terceiro:** Fica autorizado o desconto simbólico mensal no valor de R\$ 1,00 (um real) na folha de pagamento dos empregados a título de participação no valor da cesta básica a partir do mês deste Acordo Coletivo de Trabalho.

**Parágrafo Quarto:** Aos empregados afastados por acidente do trabalho ou doença profissional será mantido o fornecimento do Cartão Alimentação pelo período de até 01 (um) ano ou até cessar o benefício do INSS.

**Parágrafo Quinto:** Aos empregados afastados por auxílio doença farão jus ao benefício em até 90 dias após o afastamento. Após este período não serão mais elegíveis ao benefício. Aplica-se a proporcionalidade que retornarem do afastamento durante o mês, sendo necessário ter trabalhado mais de 15 dias.

**Parágrafo Sexto:** Os empregados admitidos não receberão o benefício no mês de admissão.

**Parágrafo Sétimo:** Não tem direito ao recebimento do benefício previsto nessa cláusula, aprendizes, estagiários, por não estarem abrangidos pela presente norma coletiva e os empregados ocupantes do cargo de especialista e, por sua característica de gestores, os ocupantes de cargos de Coordenação, Gerência, Superintendência e Diretoria.

**Parágrafo Oitavo:** Eventuais diferenças de crédito decorrentes da presente cláusula, serão creditadas em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho, concordando as **PARTES** que neste caso não haverá qualquer incidência de juros e correção monetária sobre esse valor.

## **AUXÍLIO EDUCAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

Visando contribuir para a formação educacional, capacitação e qualificação profissional dos empregados, a empresa envidará esforços apoiando mecanismos que incentivem a participação dos seus empregados em programas direcionados para os objetivos desta cláusula.

## **AUXÍLIO SAÚDE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO SAÚDE**

A empresa manterá plano de assistência médica, para todos os empregados, mediante desconto relativo à modalidade de coparticipação, contribuindo o empregado com 30% (trinta por cento) do valor da mensalidade e a empresa com 70% (setenta por cento).

§ 1º - Os valores correspondentes ao plano de assistência médica não integram a remuneração para qualquer efeito legal.

§ 2º - A empresa poderá, a qualquer tempo, alterar a operadora de saúde contratada, desde que mantida as coberturas atuais.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL**

A empresa arcará com as despesas relacionadas ao funeral dos empregados, a partir de 01/05/2017, limitados ao valor máximo de R\$ 1.352,00.

§ 1º - Estarão cobertas despesas com assessoria para sepultamento, cremação, repatriamento de corpo, urna, coroa de flores, paramentos, velório, registro de óbito e carro funerário.

§ 2º - As despesas serão cobertas através da apólice de seguro de vida mantida pela empresa.

## **AUXÍLIO MATERNIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GESTANTES E LACTANTES**

Será assegurado às empregadas, durante a gravidez, sempre que as condições de saúde o exigirem, conforme orientação médica, transferência de função, sem prejuízo de salário, com a garantia do retorno à função original, logo após o término da licença maternidade.

§ 1º - Caso a empresa não possua médico especializado, próprio ou conveniado, para fazer exame pré-natal, fica assegurada a liberação das empregadas grávidas, um dia por mês, sem prejuízo da remuneração, desde que a ausência seja avisada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas e comprovada no primeiro dia útil, após a realização dos referidos exames, por meio do respectivo atestado médico, nos termos exigidos pelas normas internas da empresa.

§ 2º - A empresa enquadrada no artigo 389, parágrafos 1º e 2º, da CLT e na portaria do MTB de nº 3.296/86, poderá substituir as obrigações ali contidas pelo pagamento, às empregadas lactantes, desde o primeiro dia do quarto mês de vida da criança até o quarto mês completo de vida do filho natural ou adotado, o valor de **R\$ 130,00 (cento e**

**trinta reais**), a título de auxílio-creche na folha de pagamento, sem natureza salarial para qualquer fim.

§ 3º - A empresa fica dispensada do cumprimento do parágrafo anterior se oferecer creche, convênio creche ou auxílio creche em melhores condições que as estipuladas.

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

Caso seja oferecido seguro de vida em grupo, limitado ao valor máximo de 10 (dez) salários base da categoria a título de indenização, com ônus para o empregado, caberá ao empregado optar por sua adesão. Em qualquer caso, a opção ou a desistência será feita por ele, sempre por escrito.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESSARCIMENTO DE DESPESAS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Os gastos de viagens do empregado com transporte, hospedagem, alimentação, correio, telefone e outros, no exercício do seu trabalho, respeitando o empregado os limites previamente estabelecidos pela empresa e ainda devidamente comprovados, ficarão a cargo da empresa, ficando, ainda, estabelecido que a respectiva verba não terá natureza salarial, não integrando o salário para fins trabalhistas, previdenciários e tributários, sendo assim, se destina, exclusivamente, a ressarcimento de despesas comprovadas.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO**

Durante a vigência do presente Acordo, todo empregado que for admitido/contratado, através de documento escrito, receberá uma cópia do contrato por ele assinado

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORNECIMENTO DO PPP**

No momento da homologação da rescisão do trabalhador será entregue ao mesmo o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, nos termos da legislação previdenciária vigente.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÕES RESCISÓRIAS**

Fica estabelecido que as homologações rescisórias dos empregados com mais de 12 (doze) meses serão feitas exclusivamente junto ao Sindicato Laboral, desde que com a expressa concordância do empregado, mediante apresentação da rescisão dos demais documentos necessários (extrato e chave de saque do FGTS, guias do seguro desemprego, PPP).

## **MÃO-DE-OBRA FEMININA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE IGUALDADE DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA MULHER**

Fica garantida à mulher trabalhadora igualdade de direito e obrigações, relativamente ao homem.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA DO EMPREGO A GESTANTE**

Terão garantia de emprego as gestantes desde a comprovação da gravidez até 120 (cento e vinte) dias após o parto.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho dos empregados será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, observando as compensações permitidas na cláusula 9ª.

§ 1º - O empregado está autorizado a trabalhar aos domingos e feriados, sempre que houver necessidade de serviço, conforme escala de revezamento determinada pela Portaria Ministerial 417/66, respeitando a legislação no que diz respeito ao gozo de pelo menos 1 (uma) folga mensal aos domingos. As referidas horas trabalhadas poderão ser compensadas por folga no decorrer da mesma semana (de 2ª a 6ª feira) ou remuneradas como horas extras, conforme cláusula 9ª.

§ 2º - O intervalo para repouso e alimentação poderá estar pré-assinalado na folha de ponto.

§ 3º - Em decorrência da jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, fica autorizada a prorrogação da jornada diária de trabalho, de 01 (uma) hora de segunda à quinta-feira, ou 48 (quarenta e oito minutos) de segunda à sexta-feira, por liberalidade da empresa, para compensação do trabalho aos sábados, respeitado os limites legais permitidos.

## **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO E DIAS PONTES**

Estão autorizadas as compensações de horários diários e de dias pontes, conforme abaixo:

§ 1º - As horas extras realizadas de segunda a sexta-feira poderão ser compensadas por dias de folga ou saída antecipada ou jornada incompleta, na proporção de 1x1, de forma a permitir que os empregados possam se ausentar em dias normais de expediente para resolver assuntos particulares ou gozar de descanso em dias ponte, vésperas de feriados ou recessos prolongados, desde que aprovadas previamente com o gestor.

§ 2º - As horas de ausência por motivo de falta ou atraso ou saída antecipada ou jornada incompleta poderão ser compensadas por horas normais trabalhadas e realizadas após o horário de expediente normal na proporção de 1x1, desde que aprovadas previamente com o gestor.

§ 3º - Quando da ocorrência de feriados no meio da semana a empresa poderá movê-los, compensando as horas correspondentes aos dias alterados, desde que haja concordância da maioria dos empregados, por local de trabalho. Esta compensação poderá ser feita, também, no próprio dia de feriado, de forma que os empregados tenham o “fim de semana prolongado”, e nesses casos as horas trabalhadas a título de compensação serão remuneradas como horas normais.

## **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - MARCAÇÃO DE PONTO**

A Empresa deverá proceder aos registros de acordo com a Lei e Portarias do MTE aplicáveis.

Parágrafo Único - O empregado, enquanto exercer cargo de gestão e, conseqüentemente, sendo considerado como cargo de confiança, ficará dispensado do controle de jornada, na forma do art. 62, II, da CLT, e do registro da marcação do ponto.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PERÍODOS DE REPOUSO E ALIMENTAÇÃO**

Na vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, a Empresa poderá optar por liberar, ou dispensar, do registro, ou da assinalação, dos intervalos ou dos períodos de repouso e alimentação, nos cartões ou controle de ponto, passando, a partir de então, na forma da Portaria n.º 3.082, de 11.04.84, do Ministério do Trabalho, a assinalação ou marcação, dos períodos destinados ao repouso ou alimentação dos trabalhadores, nos cartões ou controle de ponto, podendo ser indicados pela empresa, nos documentos, de forma impressa ou não.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FALTAS JUSTIFICADAS**

De acordo com os casos previstos em lei, incisos I a VI do artigo 473 da CLT, poderá o empregado, faltar ao serviço sem qualquer diminuição salarial, por 02 (dois) dias, no caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - TOLERÂNCIA POR ATRASO**

Fica acordado entre as partes que não serão descontadas, nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes aos os 15 (quinze) minutos na entrada e/ou na saída, limitado a 30 (trinta) minutos diários, sem prejuízo em sua remuneração e não contabilizando como tempo à disposição.

§1º - Os atrasos ocasionados pelo traslado fornecido pela empresa não serão descontados dos empregados, desde que comprovado que o atraso foi ocasionado pela empresa de transporte.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ATESTADO MÉDICO PARA JUSTIFICAÇÃO DE FALTA**

A empresa obriga-se a aceitar atestados médicos fornecidos pela Previdência Social, caso não disponham de Serviço Médico próprio ou em convênio de Assistência Médica, até 02 (dois) dias úteis depois de emitidos. No entanto, na impossibilidade de atendimento pelo médico da empresa ou por médico conveniado, dentro do prazo estipulado, o atestado fornecido pela Previdência Social será recebido, dentro do mesmo prazo, pelo Departamento Médico da Empresa, devendo em todo caso ser assinada a 2ª via do atestado, colocando a data de recepção e entregue ao empregado.

Fica assegurado os direitos desta cláusula, notadamente ao abono da falta justificada por atestado médico fornecido pela Previdência Social aos trabalhadores que precisarem de atendimento médico em horário diverso da jornada de trabalho.



## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO DO PIS

As empresas que não mantiverem convênio com a Caixa Econômica Federal para pagamento do PIS na empresa, concederão a seus funcionários um expediente, sem prejuízos de seus salários, para os mesmos poderem receber o PIS na agência pagadora

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - BANCO DE HORAS

Fica autorizado a implantação do banco de horas a todos os trabalhadores abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, na forma que dispõe o art. 59 da CLT e a legislação aplicável, de horas extras laboradas e compensações de jornada de segunda à domingo, até o limite de 2 (duas) horas diárias.

§1º - O saldo remanescente das horas, positivo ou negativo, será compensado no período de até 12 meses.

§2º - O saldo positivo será pago conforme dispõe a cláusula que trata sobre hora extra ou o saldo negativo será descontado na folha de pagamento do mês seguinte.

§3º - O crédito de horas negativas em banco de horas somente será permitido mediante solicitação do empregado e após autorização da empresa.

§4º - Quando houver rescisão de contrato, por qualquer motivo, o critério acima será utilizado por ocasião do pagamento da rescisão.

§5º - As horas extras excedentes a duas horas previstas no caput serão pagas em contracheques no mês posterior, devendo ser considerado para o pagamento o dia base para o fechamento da folha.

§6º - Fica a empresa autorizada a adotar o regime de escala de revezamento da jornada de trabalho na forma do anexo IV.

**Parágrafo único:** Quando houver rescisão de contrato, por qualquer motivo, o critério acima será utilizado por ocasião do pagamento ou desconto em rescisão.

## FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FÉRIAS

O início do gozo das férias não poderá coincidir com repouso semanal já adquirido nem com dias já compensados.

§ 1º – Em caso de necessidade imperiosa, ou por solicitação do empregado, a empresa poderá conceder férias antecipadas e/ou parcelar as mesmas em até 2 (dois) períodos, nunca inferior a 10 (dez) dias cada.

§ 2º – Empregado com mais de 50 (cinquenta) anos, por solicitação do empregado, a empresa poderá conceder férias antecipadas e/ou parcelar as mesmas em até 2 (dois) períodos, nunca inferior a 10 (dez) dias cada.

## SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - GRATUIDADE DE UNIFORME E EPI'S

A empresa obriga-se a fornecer, gratuitamente, a seus empregados, uniforme de trabalho e/ou equipamentos de

proteção individual e segurança, quando exigirem o seu uso, ou, no caso de EPI, quando a lei exigir o seu uso, ficando os empregados responsáveis pelo seu bom uso e conservação. No caso de perda, extravio ou dano não accidental, ficará o empregado a quem foi entregue o uniforme ou EPI obrigado a repor, em favor da empresa, pelo preço de custo, e descontado em folha de pagamento.

## **RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL**

A empresa compromete-se a descontar de seus empregados associados ao sindicato profissional, na folha de pagamento mensal, mediante autorização deste, a mensalidade sindical correspondente a 1% (um por cento) do salário do empregado, sendo o teto salarial para estes efeitos de 04 (quatro) pisos salariais, obedecendo ainda quanto ao referido desconto o seguinte:

- a) Feito o desconto, a empresa fará o recolhimento devido até o dia 10 dos meses subsequentes ao desconto.
- b) O recolhimento será procedido mediante guia de pagamento que o Sindicato Profissional providenciará e remeterá a cada empresa em tempo hábil.
- c) A empresa remeterá ao Sindicato Profissional relação nominal dos empregados que tiveram o desconto efetuado.
- d) Caso a empresa não receba em tempo hábil, o formulário ou guia de pagamento, o valor global do desconto, neste caso, ficará na empresa aguardando a iniciativa do Sindicato Profissional, que deverá fazer o recebimento na própria empresa, mediante simples recibo.

**Parágrafo único-** A empresa só descontará a mensalidade sindical desta cláusula, após receber escrita autorização do empregado, em formulário próprio do Sindicato Profissional.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

A **STARTALL** descontará o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) divididos em 6 (seis) parcelas de R\$ 10,00 (dez reais) dos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho. A primeira parcela será descontada do salário do mês de agosto de 2017 e as demais parcelas nos meses de setembro, novembro, dezembro de 2017, fevereiro e abril de 2018 no pagamento dos salários a título de contribuição assistencial, conforme soberana decisão da assembleia geral dos trabalhadores.

**Parágrafo Primeiro:** Fica assegurado aos empregados o direito de oposição ao desconto, manifestação esta que deverá ocorrer individualmente, no horário de 08h00min as 18h00min, ininterruptamente, dos dias 24 de Julho ao dia 28 de Julho de 2017 com atendimento efetuado nos seguintes locais:

- a) Em São Gonçalo do Amarante: na sub sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Siderúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico E. E. I. Emp. M. do Estado do Ceará. Rua Marcionília Sampaio, s/n, Centro, Pecén, São Gonçalo do Amarante, Ceará.
- b) Em Fortaleza: na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Siderúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico E. E. I. Emp. M. do Estado do Ceará. Rua: Nossa Senhora das Graças, Nº 262. Pirambu. Fortaleza-CE. Fone: (85) 3281-2521.

Por ocasião da oposição, o empregado deverá receber do Sindicato dos Trabalhadores, comprovante escrito da mesma, o que será apresentado à empresa.

**Parágrafo Segundo:** Os empregados que forem admitidos após a assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho não se enquadram na forma contributiva da presente cláusula, ficando isento de pagamento nos meses seguintes ao de sua admissão.

**Parágrafo Terceiro:** O recolhimento do desconto decorrente desta cláusula aos cofres do sindicato será feito nos 10 (dez) dias úteis subsequentes aos dos descontos. Os recolhimentos antes mencionados serão efetuados através de

guia de pagamento a ser remetida à empresa pelo Sindicato Profissional.

**Parágrafo Quarto:** Caso o Sindicato Profissional não remeta em tempo hábil a guia de pagamento, o valor descontado ficará na empresa aguardando a iniciativa do Sindicato Profissional. A **STARTALL** poderá efetuar o recolhimento diretamente na conta corrente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS, MECÂNICAS, MATERIAL ELÉTRICO E E I EMP M DO ESTADO DO CEARÁ. AG 0031 – OP 003 – C/C 000927-3 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A **STARTALL** remeterá ao Sindicato Profissional relação nominal dos empregados que tiveram efetuado o desconto e o comprovante de depósito, se for o caso.

**Parágrafo Quinto:** Caso ocorra pedido judicial de devolução, ou reembolso, do desconto da presente cláusula, com seus acréscimos, por parte do empregado, a empresa acionada, no momento processual próprio, denunciará da lide ao Sindicato Profissional, que não poderá recusar a denúncia, assumindo o pólo passivo da relação processual respectiva, com imediata exclusão da **STARTALL**, de referida relação processual, sob pena de caso contrário, recusando a denúncia, imergir em revelia, no processo judicial, com suas consequências, isto é, para exclusão da **STARTALL** promovida e condenação do **SINDICATO** no pedido de reembolso, já que se confessa ele, pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho como único responsável por qualquer pedido de devolução de contribuição que tenha recebido, com o que, desde logo, concorda o Sindicato Profissional.

**Parágrafo Sexto:** Os empregados que estiverem de férias ou afastado pelo INSS no período designado para oposição, poderão manifestar sua contrariedade ao referido desconto no decorrer da primeira semana seguinte ao retorno ao trabalho, de forma pessoal na sede do sindicato laboral ou na subsede, devendo entregar cópia do documento que comprove o afastamento dentro do período estabelecido para a oposição ao desconto.

**Parágrafo Sétimo:** Considerando que os empregados afastados do trabalho pelo INSS, no período de vigência do benefício, não percebem remuneração das empresas, o que as impossibilita de efetuar qualquer desconto da contribuição assistencial, ficarão isentos do recolhimento durante o período de afastamento. Porém, após o retorno ao trabalho, caso o trabalhador não tenha apresentado ou não apresente a oposição ao desconto, ficarão as empresas obrigadas a descontar e repassar ao Sindicato Laboral as contribuições de todo o período devido, ficando limitado o referido desconto a duas contribuições por mês.

**Parágrafo Oitavo:** Somente serão descontados os trabalhadores ativos no mês do referido desconto.

**Parágrafo Nono:** O trabalhador que não tiver a intenção de contribuir com o **SINDICATO**, e mesmo após o prazo de oposição previsto parágrafo primeiro, poderá exercer o seu direito de oposição na sede do Sindicato em Fortaleza ou na Subsede do Pecém, e a qualquer tempo. Sendo certo que se o direito de oposição for exercido posterior a algum mês que já se tenha realizado o desconto, a sua opção por não contribuir valerá para os meses subsequentes, posterior a sua manifestação de vontade.

**Parágrafo Décimo:** Ficarão excluído do referido desconto os empregados ocupantes do cargo de Especialista, e por sua característica de gestores, os ocupantes do cargos de Coordenação, Gerência, Superintendência e Diretoria.

**Parágrafo Oitavo:** Sendo-lhe destinada a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, o sindicato representativo da categoria profissional assume integralmente a responsabilidade por demandas promovidas, em sede judicial ou administrativa, inclusive junto ao Ministério Público do Trabalho, no que se refere aos descontos que venham a ser procedidos em estrita obediência ao caput e parágrafos desta cláusula, ficando a empresa desobrigada de qualquer ônus, tendo em vista a ordem de serviço do Ministério do Trabalho e Emprego no 03/2009.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FORO COMPETENTE**

As pendências, resultantes da aplicação do presente Acordo Coletivo de Trabalho, serão resolvidas na Justiça do Trabalho, com jurisdição em Fortaleza.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DESCUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO**

Em caso de descumprimento deste Acordo Coletivo de Trabalho, por qualquer das PARTES abrangidas por este pacto laboral, as PARTES convenientes negociarão a solução antes de adotarem qualquer procedimento.

**LUIS FELIPE TOSTA COCUZZA  
DIRETOR  
STARTALL SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA**

**ANTONIO CLETO GOMES  
PROCURADOR  
STARTALL SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA**

**ANTONIO FERNANDO CHAVES DE LIMA  
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA  
SINDICATO DOS TRABS INDS MET S M M E E I EMP M DO EST CE**

**ANEXOS  
ANEXO I - ATA ACORDO COLETIVO - 2017-2018 - STARTALL**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO II - ATA DE POSSE SINDMETAL-CE**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO III - CONTRATO SOCIAL STARTALL**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO IV - PROCURAÇÃO STARTALL**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.